

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

Jales Dantas da Costa⁸⁹

A China vem chamando a atenção do Ocidente não só pela *performance* de crescimento espetacular e única na economia mundial. Também por seu regime político tido como “antidemocrático” e pela falta de “liberdades”, pela exploração do trabalho e pela degradação ambiental que seu crescimento tem provocado, e nem tanto pela intensificação das lutas sociais, pelo aumento da desigualdade de renda entre áreas urbanas e rurais e seus estratos sociais, para não falar da expressiva redução da miséria e da pobreza e das soluções que vem apresentando para a superação de inúmeros problemas. A frase de Wladimir Pomar de que “talvez nenhum país tenha tão deturpada sua realidade pela mídia mundial quanto a China” (2009, p.15) parece-me ainda válida. E como já observou Carlos Aguiar de Medeiros (1999), o amplo debate sobre o desenvolvimento chinês na literatura especializada foi e ainda é “altamente ideologizado”, tanto por aqueles que se inspiram na abordagem da economia institucionalista, como pela visão ortodoxa do desenvolvimento encampada pelos estudos do Banco Mundial – ambos omissos quanto aos condicionantes políticos e as estratégias de poder atuantes na via de desenvolvimento chinês mais recente, bem quanto à importância de sua história conjuntural e de longa duração.

A China já fora no passado a “vanguarda do desenvolvimento mundial” (a expressão é de Gilbert Rozman⁹⁰), isso por pelo menos dois mil anos, até meados do século XIX. Duas observações de dois renomados historiadores nos dão uma ideia geral da histórica superioridade chinesa frente aos outros.

A China considera-se uma grande potência e uma grande civilização; ela sempre acreditou em sua superioridade sobre o resto do Universo, no primado de sua civilização, fora da qual não havia, aos seus olhos, senão barbárie. Ela teve outrora um orgulho muito semelhante ao do Ocidente de ontem. (Braudel, 2004, p.208).

(...) durante a maior parte desses dois milênios o império chinês, e presumivelmente a maioria de seus habitantes que tinham opinião sobre essas questões, havia considerado a China o centro e modelo de civilização mundial. (...) a China, (...) muito corretamente, via sua civilização, arte, escrita e sistema de valores sociais clássicos como a reconhecida inspiração e modelo para outros (...). Certamente não tinha nenhum senso de qualquer inferioridade

89 Mestre em Economia pela Universidade Federal de Santa Catarina e Doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Departamento de Economia da UnB.

90 Gilbert Rozman. *The East Asian Region: Confucian Heritage and its Modern Adaptation*. Princeton, Princeton University Press, 1991, p.6. Citado em Arrighi, 2008, p.17.

cultural e intelectual, coletiva ou individual, em comparação com qualquer outro povo. O fato mesmo de a China não ter Estados vizinhos que pudessem mesmo levemente ameaçá-la, e, graças à adoção de armas de fogo, não ter qualquer dificuldade de repelir os bárbaros em sua fronteira, confirmava o senso de superioridade, embora deixasse o Império despreparado para a expansão imperial do Ocidente. (Hobsbawn, 2001, p.448).

Quanto ao despreparo do Império chinês frente ao poderio do Ocidente, ou nos termos mais amplos de Giovanni Arrighi, o segredo da subjugação do Oriente pelo Ocidente, revela-se, no seu entender, muito mais pela diferença entre forças militares do que pela “artilharia metafórica das mercadorias baratas”, como pareceu indicar Karl Marx. Certo ou errado esse entendimento, o fato é que a China sofrera “um eclipse relativamente rápido, mas profundo” (ROZMAN), que transcorreu no decorrer de cem anos, das Guerras do Ópio entre 1839-1842 e 1856-1860, travadas entre a Grã-Bretanha e a China, passando pelas guerras russo-chinesa (1858), franco-chinesa (1884-1885), sino-japonesa (1894-1895), sino-alemã (1898), até o fim da Segunda Guerra Mundial.

A profundidade desse eclipse justifica-se pelo agudo declínio ter produzido efeitos tão deletérios não apenas para a China como para a região da Ásia oriental em geral, tal como relatado por Arrighi.

Depois de uma guerra desastrosa, da eclosão de grandes revoltas e de uma segunda guerra igualmente desastrosa com a Grã-Bretanha (dessa vez com a ajuda da França), a China praticamente deixou de ser o centro de um sistema interestatal asiático-oriental centrado em si mesmo. Ao contrário, no decurso de cerca de um século, ela tornou-se membro subordinado e cada vez mais periférico do sistema capitalista global. Esse *status* crescentemente periférico não foi resultado apenas da incorporação subordinada da Ásia oriental ao sistema europeu. Também foi importante a mudança radical das relações interestatais dentro da Ásia oriental, precipitada pelas tentativas chinesa e japonesa de seguir as pegadas do caminho europeu de desenvolvimento. (...) No fim da Segunda Guerra Mundial, a China havia se tornado o país mais pobre do mundo; o Japão era um Estado “semi-soberano”, militarmente ocupado; e a maioria dos outros países da região ainda lutava contra o domínio colonial ou estava prestes a ser dilacerada pela divisão emergente da Guerra Fria. (Arrighi, 2008, p.347 e 20).

Não se trata aqui de retomar uma das grandes questões levantadas por este sociólogo em seu último livro “Adam Smith em Pequim”, qual seja, a de estabelecer às relações entre o atual renascimento econômico da Ásia oriental com a tradição mais antiga do seu “desenvolvimento não-capitalista baseado no mercado”, com o seu eclipse secular, bem como com a tradição revolucionária que deu origem à República Popular da China. Mais do que perceber a ligação entre o atual renascimento econômico em toda a região da Ásia oriental e seu longuíssimo passado de desenvolvimento, seus reveses e revoluções, objetivo aqui compreender o desenvolvimento da República Popular da China, os elos entre a tradição

revolucionária desse país e suas transformações econômicas, políticas e sociais, desde a época de Mao Tsé-tung, passando pelas reformas de Deng Xiaoping até a atualidade com Xi Jinping no comando do país mais populoso (cerca de 1,4 bilhão de habitantes) e o quarto de maior extensão no mundo (9,6 milhões de km²).

1. A tradição revolucionária na China

A tradição revolucionária na China remonta à década de 1920, quando da fundação do Partido Comunista da China (PC) em 1921 e da criação do Exército Vermelho (1927), e desenvolve-se após a ocupação de regiões litorâneas chinesas pelo Japão em fins dos anos 1930. Ao expulsar os japoneses, derrotar as forças do Kuomintang e posteriormente instaurar em 1º de outubro de 1949 a nova República Popular da China, os comunistas chineses passaram a ser vistos pela maioria da população como o governo legítimo da China. Eric Hobsbawn argumenta que

há pouca dúvida de que a resistência à conquista japonesa da China foi o que transformou os comunistas chineses de uma derrotada força de agitadores sociais, o que eram em meados da década de 1930, nos líderes e representantes de todo o povo chinês. O fato de que também exigiam a libertação social dos pobres chineses fazia seu apelo de libertação e regeneração nacionais soar mais convincente para as massas (sobretudo rurais). (...) Para a maioria dos chineses, tratava-se de uma revolução que era basicamente uma restauração: de ordem e paz; de bem-estar; de um sistema de governo cujos funcionários públicos se viam apelando para precedentes da dinastia T'ang; da grandeza de um excelso império e civilização. (Hobsbawn, 2001, p.449 e 451-452).

Ao comparar o comunismo russo ao comunismo chinês, ele registra que “ao contrário do comunismo russo, o chinês praticamente não tinha relação direta com Marx e o marxismo. Foi um movimento pós-Outubro, que chegou a Marx via Lênin, ou, mais precisamente, via o “marxismo-leninismo” de Stalin”. (idem, p.452). Já Arrighi enfatiza que a tradição revolucionária chinesa apresentou uma inovação ideológica, cujo fundamento é um ramo distinto do marxismo-leninismo, qual seja, mantém-se o princípio leninista do partido de vanguarda, mas substitui-se o ímpeto insurrecional da teoria leninista pela “linha de massa” tal como teorizada por Mao Tsé-tung.

O abandono do ímpeto insurrecional se deu pela impossibilidade de ataques a múltiplos “palácios de inverno”. Já o significado e a originalidade da “linha de massa”, podemos observá-los através de conselhos do próprio Mao (entre 1944 e 1948) sobre como ligar-se às massas e como converter a política do partido em ação delas.

Para ligar-se às massas, importa agir de acordo com as necessidades e aspirações das massas. Todo trabalho feito para as massas deve partir das necessidades destas, e não do desejo deste

ou daquele indivíduo, ainda que bem-intencionado. Acontece frequentes vezes que, objetivamente, as massas necessitam de certa mudança mas, subjetivamente, não estão ainda conscientes dessa necessidade, não a desejam, ou ainda não estão determinadas a realizá-la. Nesse caso, devemos esperar pacientemente. Não devemos realizar tal mudança senão quando, em virtude do nosso trabalho, a maioria das massas se tenha tornado consciente dessa necessidade e esteja desejosa e determinada a realizá-la. (...) Saber converter a política do Partido em ação das massas, saber conseguir que os quadros dirigentes e também as grandes massas compreendam e dominem cada movimento e cada luta que fazemos, isso é a arte de direção marxista-leninista. Ela é também a linha divisória que permite determinar se cometemos ou não erros no nosso trabalho. (TSÉ-TUNG, 2004, p.95 e 99).

Devemos recordar que o PC não se ligou ao proletariado urbano, à classe revolucionária de Marx e Lênin, mas ao campesinato das áreas mais pobres e remotas da China; que a realidade falou mais alto no caso desta escolha, uma vez que no momento desta ligação cerca de 90% dos chineses e quase todo território do país estavam fora das cidades; e que as relações entre o partido-exército e o campesinato na China não foram as mesmas desde sua primeira ligação – na descrição de Mark Selden tratou-se de uma espécie de “processo de socialização de mão dupla”⁹¹, que Arrighi traduziu como um processo “no qual o partido-exército moldou as camadas inferiores da sociedade rural chinesa numa força revolucionária poderosa e foi, por sua vez, configurado pelas aspirações e pelos valores dessa camada” (2008, p.378).

Será que as massas se tornaram não só consciente da necessidade de mudança como também desejosa e determinada a realizá-la no momento mesmo em que a China encontrava-se, ao final da Segunda Guerra Mundial, como um dos países mais pobres do mundo? E o que dizer da arte de direção marxista-leninista? O partido-exército ao se ligar às massas rurais e ao proletariado nascente e crescente cometera mais acertos do que erros desde então? Qual foi e qual é o sentido do desenvolvimento da República Popular da China? Na busca de respostas nossa aposta é que um melhor entendimento da tradição revolucionária chinesa ajuda a explicar aspectos fundamentais do caminho de desenvolvimento chinês, tanto antes como depois das reformas de Deng Xiaoping.

2. A República Popular da China na época de Mao Tsé-tung

Ao estudar *A China de ontem e de hoje*, Fernand Braudel viu nos primeiros anos da República Popular da China “a mais formidável e violenta experiência humana que ela conheceu no curso de sua longa história” (2004, p.202). Como “parente pobre” encontrava-se

91 Selden. *Mark. Yan'na Communism Reconsidered. Moder China*, v.21, n.1, p.8-44, 1995. Citado em Arrighi, 2008, p.378.

banida na arena internacional, praticando um “nacionalismo suspicaz”, munida do desejo de desferrar-se do Ocidente e de tornar-se a capital do Terceiro Mundo.

Os comunistas inicialmente acreditavam ser possível avançar a passos largos no processo de industrialização. Já em 1953 lançaram o primeiro Plano Quinquenal (1953-1957), e com ele entrou em operação 100 grandes empresas industriais e outras 600 grandes obras de infraestrutura e grandes complexos industriais. Ao final de 1957 a China já possuía indústrias de produção de aço, metal-ligas, aviões, automóveis, equipamentos de geração de eletricidade e de minas, além de máquinas pesadas e de precisão. Altos investimentos foram realizados num montante de cerca de US\$32 bilhões, basicamente oriundos da agricultura, dado as dificuldades de obtenção de créditos externos, tanto pelo bloqueio econômico das principais potências mundiais como pela fraqueza relativa em que se encontrava a União Soviética.

Escrevendo sobre *A revolução chinesa*, Pomar relembra as discrepâncias surgidas sobre os rumos do desenvolvimento sustentado e de longo prazo na China maoísta. As maiores dúvidas residiam no papel que as formas privadas e públicas estatais de propriedade poderiam desempenhar no desenvolvimento do país. Enquanto muitos atacavam as formas privadas de propriedade e suas relações de trabalho e distribuição como entraves ao desenvolvimento, outros as consideravam uma necessidade histórica que não havia sido superada. Fato é que entre os anos de 1956 e 1976 houve rápida e profunda transformação socialista da propriedade privada e das relações de trabalho e de distribuição na agricultura, artesanato, indústria e comércio. Até o ano de 1957 já haviam reduzido de 7% para zero a participação da economia capitalista e de 72% para 7% a participação da economia individual, ao passo que a participação da economia estatal crescera de 19% para 32%, e da economia coletiva ou cooperativa de 1,5% para 53%, e da mista estatal-privada de 0,7% para 8%. É claro que a essa altura a burguesia já se encontrava domesticada, e que diferentemente da burguesia industrial, que em 1956 fora reabsorvida pela transformação das empresas privadas em empresas mistas (privadas e públicas), à burguesia mais rica, a burguesia “compradora” que intermediava comerciantes chineses e europeus, não mais se encontrava na China, pois fugira junto com Chiang Kai-chek já em 1949. Por volta de 1962 havia não mais que uma burguesia de negócios.

Essa rápida transformação socialista da propriedade privada e das relações de trabalho e de distribuição não foi, no entanto, acompanhada da criação necessária de novos postos de trabalho. Estes foram criados, mas não no mesmo ritmo exigido para erigir uma economia de verdadeiro pleno emprego. Essa até foi tentada pela política de 1:3 onde um trabalho assegurava emprego para três pessoas, com evidentes danos para a produtividade. Ainda

assim, o resultado foi o crescimento de insatisfações explicado por um conjunto de fatores, entre eles o fato da renda familiar camponesa ter caído em mais de 20% entre os anos de 1953 e 1957, dado a maior contribuição destes para o aumento da capacidade produtiva do país; a monopolização da maior parte dos cereais pelo Estado chinês para conter a especulação, alvo de críticas dos camponeses, que inclusive obrigaram o Estado a revender uma parcela dos cereais que havia adquirido dos camponeses, prejudicando as exportações agrícolas das quais dependiam a importação de equipamentos industriais; a disparidade entre o alto crescimento da indústria pesada e o precário crescimento da indústria leve, fato que agravou ainda mais os desequilíbrios entre o elevado crescimento industrial e o baixo crescimento da agricultura e do consumo.

Tudo isso contribuiu para o desatar de uma ampla discussão sobre a construção do socialismo na China, sobre como elevar a capacidade produtiva combinada com a garantia do bem-estar da população chinesa, e como industrializar o país simultaneamente ao atendimento às novas necessidades sociais que a superação inicial do atraso e da miséria haviam gerado. O próprio Mao discutiu essas questões em *As 10 grandes relações e Tratamento correto das contradições no seio do povo*, assim sintetizadas por Pomar:

[Em *As 10 grandes relações*, Mao] criticou o modelo soviético, propôs equilibrar a indústria pesada, a agricultura e a indústria leve, sugeriu o desenvolvimento da rede de pequenas indústrias rurais e sua modernização progressiva e defendeu maior descentralização administrativa, para dedicar atenção aos serviços de bem-estar e aos salários. Também sugeriu maior autonomia para as empresas e autoridades locais e aconselhou os chineses a aproveitar a experiência de outros países, inclusive capitalistas, nas áreas de ciências, tecnologia e administração. No *Tratamento correto das contradições no seio do povo*, Mao advogou um tratamento cuidadoso das contradições existentes, pela manifestação livre das correntes de pensamento. Considerava não antagônica a contradição com a burguesia chinesa, apesar das empresas mistas, e defendia a ideia de que a contradição básica da sociedade chinesa residia no fato de as relações de produção ou de propriedade não estarem em correspondência com as forças produtivas. (Pomar, 2003, p.92).

Mao considerou que as forças produtivas estavam mais avançadas do que suas relações de propriedade, trabalho e distribuição. E atacou os que criticavam a pressa na coletivização agrícola e urbana sob o mote de que “tentavam parar a revolução”. O VIII Congresso do PC (1956) aderiu às formas públicas de propriedade como o caminho de construir o socialismo. Os comunistas concordaram com Mao que as dificuldades na construção do socialismo advinham dos desvios no tratamento das contradições no seio do povo, bem como da má utilização da capacidade técnica e científica dos intelectuais. Eis aí uma das razões da convocação de intelectuais da “velha elite” para a campanha das “Cem Flores” (“desabrochem cem flores, disputem cem escolas de pensamento”), com o fito de

atacar as críticas dos céticos e as opiniões de outros líderes chineses, e para que os intelectuais dedicassem todas as suas energias a serviço da construção socialista.

Mas tal campanha não durou mais do que uma primavera (de 8 de maio a 8 de junho de 1957), uma vez que múltiplos descontentamentos desaguaram (greves de operários, abandono de cooperativas, manifestações estudantis e de intelectuais, críticas aos rumos do socialismo, além de ações de sabotadores e antissocialistas), mas que foram logo duramente reprimidos (além da conta mais tarde reconhecidas pelos comunistas). Posteriormente, substituíram as “Cem Flores” por um amplo movimento de retificação interna do PC, dirigido contra o burocratismo, o sectarismo e o subjetivismo, e no qual as empresas subordinadas ao governo central fossem reduzidas (e de fato foram reduzidas de 9.300 para 1.200), bem como afrouxassem os itens econômicos controlados (caíram de 532 para 132) e ampliassem o orçamento nacional para obras locais (subiu de 10% para 50%).

E para demonstrar a superioridade das relações socialistas, um segundo Plano Quinquenal (1958-1962) planejava alavancar a produção de aço e unificar as cooperativas agrícolas em comunas populares. Cada comuna era composta de 25 cooperativas que contavam com cinco a dez mil moradias, organizadas por brigadas e equipes de produção com vinte a cinquenta famílias cada. Milhões de camponeses e trabalhadores urbanos passaram a trabalhar na produção de aço em altos-fornos de quintal. E nas comunas populares outros milhões construía barragens, diques, canais de irrigação etc. Parecia que haveria um “grande salto” na capacidade produtiva chinesa, mas não houve. O que houve foi desgaste e dispersão da força de trabalho e dos recursos materiais, bem como graves desproporções na produção.

Hobsbawn fala em “absurdos mortais do “grande salto””, os quais

se deveram basicamente à convicção (...) de que a agricultura devia ao mesmo tempo alimentar a industrialização e manter-se sem o desvio de recursos de investimento industrial para ela. Em essência, isso queria dizer substituir incentivos “materiais” por “morais”, o que significava, na prática, pôr o volume quase ilimitado de braços humanos disponíveis na China no lugar da tecnologia que não havia.

(...) sem a crença em que “forças subjetivas” eram todo-poderosas, e que os homens podiam mover montanhas e tomar o céu de assalto se quisessem, são inconcebíveis as loucuras do “grande salto avante”. (...) só o fervor revolucionário poderia superar todos obstáculos materiais, e a mente transformar a matéria. (Hobsbawn, 2001, p.455 e 453).

A enorme produção de altos-fornos se mostrou de baixa qualidade, e posteriormente entrou em declínio e passou a produzir menos do que no período anterior ao “grande salto”. A criação de 24 mil comunas populares de agricultores, estabelecidas em apenas dois meses (de 1958) também teve os seus problemas, a exemplo da violência usada na coletivização da vida camponesa. O resultado, segundo esse historiador, foi que “em poucos meses, diante da resistência passiva, abandonaram-se os aspectos mais extremos do sistema, embora não antes

de ele ter se (...) combinado com a natureza para produzir a fome” (idem, p.453) entre os anos de 1959 e 1961. A fome endêmica que já havia sido eliminada voltou em algumas regiões, fruto de colheitas catastróficas, dadas às inundações, secas, tufões, furações, insetos etc. Braudel viu aí um ponto de interrogação diante do futuro da China, um “golpe terrível e parcialmente injusto” para uma economia em vias de desenvolvimento.

Durante o início da nova República Popular, a maioria dos chineses parece ter obtido algum tipo de ordem, paz e bem-estar, e que isso fora fruto do esforço da maior massa de pessoas agrupadas no mundo. Toda a sociedade chinesa fora mobilizada, camponeses, operários, intelectuais e membros do partido, incluindo a nova *intelligentsia*. Para Braudel, foi essa nova *intelligentsia*, atuante e ousada, a responsável por deter o destino da China em suas mãos, uma vez que a “submissa massa chinesa” seguia com obediência aos “novos senhores”. E a “organização burocrática” (da cúpula até a base) é o que para ele explica que todos tenham trabalhado arduamente, e que em tão pouco tempo a China tenha se tornado a força mais jovem e mais progressista de todos os países subdesenvolvidos.

O “chinês médio” viveu uma vida austera nesse período, mas ainda assim a população chinesa de então não parou de crescer, aumentando de 572 para algo como 659 milhões entre os anos de 1952 a 1961. Isso certamente fora uma ameaça de rebaixar o já baixíssimo nível de vida, mas dissipada (a exceção é claro para aqueles que padeceram ou pereceram com a fome) pelas altíssimas taxas de crescimento econômico no decorrer do primeiro e segundo Planos Quinquenais, e pela exuberante progressão da renda nacional (1952, 100; 1953, 114; 1954, 128; 1955, 128; 1956, 145; 1957, 153; 1958, 206; 1959, 249). É certo que o conjunto da população permanecia pobre e o padrão de vida dos camponeses e operários fora afetado, sobretudo pela austeridade a que estavam submetidos. A minoria crescente dos operários permaneceu sob o controle dos sindicatos, os quais agiam em colaboração com o partido comunista. E é certo que enormes esforços foram exigidos dos operários, uma vez que a industrialização pesada era prioridade incondicional da política maoísta. Para a grande maioria dos camponeses – dos 600 milhões mais de 500 milhões eram camponeses no início dos anos 1950 – os esforços podem ter sido ainda maiores.

Há muito o quê dizer sobre as dificuldades porque passou a China desde a segunda metade dos anos 1950 até a morte de Mao. Além das adversidades da natureza, pesou o seu isolamento para com a maior parte do mundo, sobretudo por conta do bloqueio econômico, político e militar imposto pelos Estados Unidos e as principais potências mundiais, e não só durante esses anos, mas por um período que se estendeu até o início dos anos 1970. Mesmo adotando uma diplomacia ativa e discreta com base em “Cinco Princípios de Coexistência

Pacífica” (respeito mútuo à soberania e integridade territorial; não agressão; não ingerência nos assuntos internos dos países; igualdade e benefícios recíprocos; coexistência pacífica), princípios esses que norteavam a política externa chinesa desde 1954. A China manteve relações diplomáticas com não mais do que umas trinta nações, sobretudo asiáticas e africanos. E também pesaram as suas relações conflitantes com a URSS (sobretudo a partir de 1956), cuja consequência foi a perda da importante ajuda material e de outras contribuições vindas de Moscou, a exemplo da retirada em 1960 de técnicos soviéticos que orientavam a construção na China de muitos grandes projetos industriais. Isso levou a China a reajustar sua economia, paralisar grandes obras, centrar mais esforços na produção doméstica camponesa, bem como reduzir o número de trabalhadores nas cidades. O país passara a enfrentar vários anos de dificuldades econômicas. A responsabilidade também coube às próprias políticas do Grande Timoneiro (também de outros dirigentes partidários, como Liu Shaoqi, Zhu Enlai, Deng Xiaping, Chen Yun entre outros), a exemplo da rápida coletivização da agricultura camponesa, da frustração do “grande salto” e da Revolução Cultural – que para Hobsbawn foi uma campanha contra a educação e a inteligência, só findada quando o maoísmo sucumbiu depois da morte de seu líder maior em 1976.

Sobre a Revolução Cultural (1966-1976) é importante dizer que foi um estágio no desenvolvimento socialista da China que ainda precisa ser estudado em profundidade. Segundo Arrighi, por um lado ela consolidou as bases rurais da Revolução Chinesa, mas por outro ameaçou o poder das autoridades estatais partidárias – dado o caráter caótico da política e das disputas interna entre as facções rivais pelo poder durante os últimos anos do período maoísta – e também das conquistas sociais e políticas desta Revolução, assim como de todo o componente modernista da tradição revolucionária. Não se pode descartar a possibilidade de que neste momento a arte da direção marxista-leninista tenha então cometido mais erros do que acertos, e que o partido-exército (ao menos parte dele) tenha mesmo se distanciado das massas, como num processo de ‘individualização de mão única’.

Vejamos agora certas condições das massas, ou melhor, do povo chinês, por meio de um breve balanço social do período maoísta comparado com outros povos do chamado Terceiro Mundo.

Por mais que possamos chocar com o registro dos vinte anos maoístas, um registro que combina desumanidade e obscurantismo em massa com os absurdos surrealistas das afirmações feitas em nome dos pensamentos do divino líder, não devemos esquecer que, pelos padrões do Terceiro Mundo, assolado pela pobreza, o povo chinês ia indo bem. No fim do período Mao, o consumo médio de alimento chinês (em calorias) estava pouco acima da média de todos os países, acima do de catorze países nas Américas, 38 na África e mais ou menos

metade dos asiáticos – bem acima do sul e sudeste da Ásia, com exceção da Malásia e Cingapura. A expectativa de vida média no nascimento subiu de 35 anos em 1949 para 68 em 1982, sobretudo devido à impressionante e – exceto nos anos da fome – contínua queda da mortalidade. Como a população chinesa, mesmo descontando-se a grande fome, aumentou de cerca de 540 milhões para cerca de 950 milhões entre 1949 e a morte de Mao, é evidente que a economia conseguiu alimentá-los – um pouco acima do nível de começos da década de 50 – e melhorou ligeiramente seu nível de roupas. (...) [E] não há como negar que no ano da morte de Mao seis vezes mais crianças iam para à escola primária do que quando ele chegou ao poder. (Hobsbawn, 2001, p.455).

Essas inegáveis conquistas são importantes porque dizem respeito à base social com a qual a China passara a contar no período pós-maoísta.

3. A República Popular da China pós-Maoísta

Após a morte de Mao Tsé-tung, a nova direção do PC e do governo chinês, com Hua Kuofeng à frente, decidiu reavaliar as três décadas de história da China. Reconheceram que a República Popular da China partira de um atraso histórico muito profundo, e que não obstante todos os avanços do maoísmo a China ainda era um dos países mais pobres do mundo. Suas forças científicas, tecnológicas e educacionais estavam muito aquém da dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos. O mundo passava por uma revolução que alterara as condições da produção industrial e agrícola, que requeria um número menor de pessoas. Caberia a China modernizar-se a partir de uma fraca base produtiva e assegurar trabalho quando menos se requeria dele, e bem-estar a uma enorme população que, mesmo vivendo mais, sendo mais educada e se alimentando e se vestindo melhor, ainda padecia de múltiplas carências e era fundamentalmente pobre para os padrões mundiais da época. E para atender a essas exigências seria preciso desenvolver as forças produtivas do país por meio de “quatro modernizações” (agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia) – formuladas por Zhu Enlai ainda nos anos 1960, e, como veremos, levadas adiante por Deng Xiaoping, que após comandar a comissão militar da RPC assumiria a presidência do PC.

Pomar recorda que um conjunto de discussões envolvendo milhares de quadros do PC e do governo, realizadas entre 1977 e 1982, levaram os comunistas a apoiar-se em quatro princípios cardeais de sua história mais recente (quais sejam: persistir no caminho socialista; fortalecer o regime democrático popular e a direção do PC; adoção do marxismo; e do pensamento de Mao Tsé-tung), os quais deveriam ater-se na definição de suas políticas de modernização. Posteriormente, os planejadores chineses agregariam a esses princípios um conjunto de estratégias orientativas, tais como a construção de cadeias produtivas completas, priorizando a agricultura, modernizando as estatais, quebrando monopólios, ampliando

mercados e conferindo centralidade na educação, nas ciências e tecnologias e no chamado “enriquecimento em ondas” no qual os setores sociais que primeiro se enriquecessem puxariam os setores mais atrasados para também enriquecer-se.

Em 1979 já haviam montado uma Comissão Econômica e Financeira, então dirigida por Chen Yun e Li Xiannian, para organizar o processo de reajustamento da economia e preparar um ambicioso programa de reformas e modernização. Considerada fundamental para a retomada das noções de “linha de massa” e prioridade junto ao campesinato, a proposta de reformas fora aceita não só dentro do PC e do governo como também entre a população. Para Arrighi

as reformas de Deng tiveram um duplo encanto: para as autoridades e os quadros do partido, como meio de recompor seu poder e seus privilégios; para os cidadãos em geral, como meio de consolidar as realizações da Revolução Chinesa que a Revolução Cultural ameaçava destruir. (2008, p.373).

Para consolidar as realizações da Revolução Chinesa, os comunistas inicialmente reajustaram sua economia por meio de cortes nos grandes projetos e direcionaram mais recursos para a agricultura, em fontes energéticas, nos transportes, na produção de bens de consumo de massa, na educação, saúde pública, cultura e nas ciências. Tais reajustes se deram de forma generalizada entre os anos de 1978 e 1984. Mas as reformas que se seguiram caminharam gradualmente e tendo em vista o longo prazo (de trinta a cinquenta anos), bem como experimentos variados e assertivos antes de ser disseminados pelo país. As reformas deveriam inicialmente passar por experimentações locais variadas, para só depois se estender ao restante do país, e ainda sim de forma escalonada e sofrendo adaptações conforme as diversas condições que se apresentassem. Objetivavam um desenvolvimento relativamente rápido, mas com estabilidade econômica, social e política. E se valeram de estratégias que combinavam planejamento macroeconômico e macrosocial com o mercado, diversos tipos de propriedades, utilização tanto de trabalho intensivo quanto de capital intensivo, de baixas e altas tecnologias, protecionismo e livre comércio, regulação e desregulação. (POMAR, 2003).

O antigo planejamento centralizado que determinava todo o processo produtivo e distributivo perdeu o lugar que ocupava no decorrer do processo de reformas. Os monopólios estatais de vários setores foram quebrados, excetuando os poucos que ainda atuam (se é que ainda atuam) em áreas sensíveis do abastecimento. Depois de três décadas de monopolização, os comunistas concluíram que suas decisões unilaterais e seus preços administrados foram um empecilho para o desenvolvimento econômico e social do país. A tendência, como explicou Pomar, é que à medida que a escassez fosse superada e os rendimentos elevados, os monopólios seriam extintos e o mercado passasse aos poucos a determinar todos os preços,

conforme a relação entre oferta e procura. E, de fato, o mercado doméstico multissetorial (mercado de consumo, mercado de trabalho, mercado de moradias, mercado de capitais) passou a ser a base para o cálculo econômico e regular os preços e as demandas produtivas. Desde 1990 que os preços livres vêm comandando porções expressivas dos mercados de produtos agrícolas e industriais de consumo. Mas cabe ao planejamento macro do Estado orientar o mercado segundo suas estratégias de longo prazo.

O governo (...) mantém estoques estratégicos e estoques reguladores, assim como sistemas de acompanhamento de ofertas e preços, de modo a evitar migrações erráticas de capitais para uns produtos em detrimento de outros. Além disso, o Estado procura ter uma visão clara das potencialidades do país, das suas cadeias produtivas e do processo geral de desenvolvimento técnico-científico. Atua, então, para completar as antigas cadeias produtivas, instalar novas cadeias decorrentes do desenvolvimento tecnológico, evitar a instalação de novas unidades produtivas em mercados já saturados e assim por diante. Ou seja, procurando conhecer os movimentos do próprio mercado, o planejamento macro orienta-o para aproveitam suas potencialidades e evitar seus defeitos e seus males, embora os riscos sejam evidentes principalmente quando se dá livre curso a diversas formas de propriedade. (Pomar, 2003, p.111).

As reformas deram mesmo curso livre para novas formas de propriedade até então inexistentes na China. Até 1981 existiam no país praticamente apenas duas formas de propriedade, a estatal e a coletiva, já que a propriedade privada era até esse ano desprezível, e mesmo uma década depois não ultrapassava os 6%. Mas esse cenário se alterou significativamente. A estrutura de propriedade chinesa atual provavelmente já não tem mais como sua principal base o setor público, estatal e coletivo. Há muito que novas formas de propriedade, tais como as empresas individuais e privadas (industriais, comerciais e de serviços), nacionais e estrangeiras e diversas empresas mistas, passaram não só a existir como ter garantias constitucionais de que poderiam se desenvolver. A legislação chinesa permite que as empresas privadas, sejam elas nacionais ou estrangeiras, que hoje já representam parcela bastante expressiva no total de empresas, atuem no mercado com igual liberdade que o fazem as empresas estatais e coletivas.

As empresas de propriedade pública estatal reduziram o seu espaço no conjunto das empresas, no emprego e na produção. Hoje talvez possamos dizer que a maioria delas alcançou o padrão científico e tecnológico básico. A modernização das empresas estatais chinesas foi acelerada a partir do ano de 2001, momento em que a China entrou na Organização Mundial do Comércio. Excetuando as mais importantes, elas se tornaram cooperativas por cotas, nas quais todos os trabalhadores tem direito nominal de adquirir as cotas. Muitas delas também foram abertas à propriedade estrangeira. As que restaram continuam sendo de propriedade de toda a sociedade, geridas pelo Estado. Resta saber se as

empresas estatais chinesas ainda mantêm o seu papel instrumental na efetivação das políticas macroeconômicas de desenvolvimento do país, com os mesmos direitos e deveres dos demais tipos de empresas e competindo com elas no mercado em eficácia, eficiência e rentabilidade. E resta saber se ainda são os principais contribuintes da arrecadação, e se ainda controlam majoritariamente os ativos que são responsáveis pela maior parte da produção, da renda e do emprego no país. São certamente questões importantes e que ajudam a explicar a quantas anda o “socialismo de mercado” na China.

Outra novidade em relação ao período anterior às reformas é que a legislação econômica separou o direito de propriedade do poder de gestão, aderindo a diferentes tipos de gerenciamento. Assim, uma estatal pode ter uma gestão escolhida entre seus empregados e funcionários ou por algum acordo entre empregados e o governo, ou ainda uma gestão contratada fora de seus quadros e do governo. No caso das empresas coletivas, ainda expressivas no país, são de propriedade de seus empregados e funcionários, que escolhem seus diretores, gerentes e técnicos em seus próprios quadros ou fora dele, bem como respondem por seus lucros e prejuízos, tal como as estatais.

É certo que as reformas nasceram da abordagem pragmática dos problemas de governança da China pós-Maoísta. Sabe-se que o seu problema de governança fundamental era e é desenvolver um país cuja população rural é maior do que toda a população da África, da América Latina ou da Europa. Registre-se que a China tem mais de 20% da população do globo, mas sua terra arável, que não tem grandes possibilidades de expansão significativa, representa algo como 7% da terra arável do planeta. Ademais, é cedo para decretar o fim do campesinato chinês, dado que grande parte ainda vive na zona rural. A China, juntamente com a África subsaariana e o sul e o sudeste da Ásia continental, são as poucas regiões que ainda em muito permanecem dominadas por aldeias e campos. Não é assim surpreendente que as reformas na China tenham começado pela agricultura, dado a importância estratégica de manter uma agricultura diversificada e pujante.

Das reformas que mereceram maior destaque na avaliação de Arrighi encontramos a introdução do Sistema de Responsabilidade Familiar, que juntamente com a descentralização fiscal e a maior autonomia e incentivo aos governos locais contribuíram na formação das Empresas de Aldeias e de Municípios (EAMs).

A principal reforma foi à introdução, entre 1978 e 1983, do Sistema de Responsabilidade Familiar, que retirou das comunas a responsabilidade das decisões e do controle dos excedentes agrícolas e devolveu-a as famílias rurais. Além disso, em 1979 e novamente em 1983, os preços dos produtos agrícolas foram elevados substancialmente. Como consequência, a produtividade e o lucro da atividade rural aumentaram de forma extraordinária, fortalecendo

a tendência das empresas de comunas e de brigadas a produzir mercadorias não agrícolas. (...) Em 1984, os regulamentos se tornaram ainda mais flexíveis e permitiram que os agricultores trabalhassem em cidades vizinhas, nas novas Empresas de Aldeias e de Municípios (EAMs) de propriedade coletiva. (...) as EAMs tornaram-se a fonte primária da reorientação das energias empresariais dos quadros do partido e das autoridades do governo para os objetivos desenvolvimentistas. Sendo financeiramente auto-suficientes em sua maioria, elas também se tornaram os principais agentes da realocação de excedentes agrícolas para a realização de atividades industriais com uso intensivo de mão-de-obra que pudessem absorver produtivamente o excesso de trabalhadores rurais. (Arrighi, 2008, p.366-367).

No final dos anos 1980, o antigo sistema de comunas agrícolas, de baixa produtividade e necessitado de reformas, fora completamente dissolvido. Ao voltar a operar sobre a terra nacionalizada por meio de contratos de responsabilidade com as cooperativas, as unidades familiares camponesas puderam produzir conforme as suas próprias organizações. No entanto, tem o compromisso de vender ao Estado por meio das cooperativas um determinado volume da produção, por um preço preestabelecido. Tudo o que vier a superar esse volume pode ser vendido, a preços de mercado, ao Estado ou no próprio mercado. Em suma, a terra segue como propriedade pública, mas o seu usufruto e sua organização são privados.

Arrighi argumenta que as EAMs de propriedade coletiva, fruto da criação do Sistema de Responsabilidade Familiar, podem ter desempenhado um papel decisivo na ascensão econômica chinesa. E aponta quatro contribuições para o sucesso das reformas: 1) a orientação para o uso mão-de-obra intensiva permitiu que as EAMs não só absorvessem os trabalhadores rurais excedentes como também criassem renda no campo sem aumentar maciçamente a migração para as áreas urbanas. Registre-se que foi apenas na década de 1980 que a população rural na China foi cair abaixo de 80%. Portanto, o desafio de regular o imenso fluxo migratório campos-cidades era sem paralelos no mundo e ainda representa um grande problema para o governo chinês; 2) a entrada das EAMs em inúmeros mercados aumentou a pressão competitiva, forçando não só as estatais, mas todas as empresas urbanas a melhorar seu desempenho; 3) ao assumir muitos dos encargos e tributos que costumavam recair sobre os camponeses, as EAMs contribuíram na redução do fardo fiscal sobre os camponeses, na estabilidade social (uma vez que os impostos e os tributos eram a principal fonte de queixas dos camponeses), bem como na proteção contra governos locais predatórios; 4) ao reinvestir localmente lucros e rendimentos, as EAMs também ajudaram na expansão do mercado interno e na criação de condições para que houvesse novas rodadas de investimento, geração de empregos e divisão do trabalho.

Quanto à criação de novos empregos, o registro levantado por esse sociólogo é o de que as EAMs criaram quatro vezes mais empregos do que se perdeu em emprego público e urbano coletivo entre os anos de 1980 e 2004. Neste último ano, as EAMs empregavam duas

vezes mais trabalhadores do que a soma de todas as empresas urbanas estrangeiras, privadas e de propriedade conjunta. Outro dado aponta para o elevado crescimento da força de trabalho rural envolvida em atividades não agrícolas, que passara de 28 para 176 milhões de pessoas, entre 1978 e 2003, sendo grande parte deste aumento ocorrido nas EAMs. Dados mais recentes apontam números menos expressivos e maiores dificuldades. Mas é preciso lembrar que o desemprego relativo durante o período pós-maoísta é menor na China do que em tantos outros países no mundo, seja no Norte desenvolvido, seja no Sul ainda majoritariamente dependente e subdesenvolvido.

Está claro que a modernização chinesa pode transformar-se num grave problema social se o desemprego ultrapassar certo patamar da população economicamente ativa e o Estado não tiver recursos suficientes para assegurar a vida dos desempregados. Mas os planejadores chineses implementaram um rigoroso programa de controle de natalidade (hoje mais afrouxado), e estabeleceram a idade limite de sessenta anos para aposentadoria, bem como reduziram a jornada de trabalho para quarenta horas semanais, além de utilizar certas combinações de usos de capital intensivo (de tecnologias tradicionais e novas tecnologias) com trabalho intensivo nas zonas urbanas e rurais – grande parte das empresas chinesas, sobretudo no setor rural, ainda utilizavam tecnologias tradicionais. Com isso, o desemprego se mantém abaixo dos 5% da população economicamente ativa.

Há quem concorde com o argumento de Arrighi de que a expansão do mercado interno aliado à melhoria nas condições de vida das populações residentes nas áreas rurais foram os fatores que mais contribuíram na redução do desemprego. E em menor medida, também num conjunto de ações do governo, seja na expansão e atualização da divisão social do trabalho, na ampliação maciça da educação e no estímulo ativo à concorrência entre capitalistas (e não entre a classe trabalhadora). Muito mais polêmica é sua tese de que continua haver subordinação dos interesses capitalistas ao interesse nacional. Vale contrastá-la com a assertiva de David Harvey de que a China “tomou inequivocamente o rumo (...) da restauração do poder de classe, ainda que “com características peculiarmente chinesas”” (2008, p.163). E não obstante o fato de que as provas da restauração do poder da classe capitalista possam ser “em larga medida intuitivas e de modo algum confiáveis”, fato esse reconhecido por Harvey, seu exame acerca da situação da base da pirâmide social contrastado com a acumulação de riqueza no topo da pirâmide é certamente relevante. Citemos aqui alguns de seus exemplos:

A acumulação de riqueza (...) [no topo] da pirâmide (...) ao que parece, tem ocorrido em larga medida por meio de uma combinação de corrupção, artifícios clandestinos e apropriação direta

de direitos a ativos que foram um dia propriedade comum. Com a transferência de cotas de empresas aos gerentes pelos governos locais, como parte de sua estratégia de reestruturação, muitos gerentes “passaram da noite para o dia a dispor de cotas que valiam dezenas de milhões de *yuan*s, por vários meios, tornando-se um novo grupo de magnatas”. Quando as EPES [Empresas de Propriedade Estatal] foram reestruturadas como sociedades anônimas por ações, os “gerentes receberam parcelas importantes das ações” e auferiam em alguns casos salários cem vezes maiores que os dos trabalhadores médios. (...) Quando o governo se apossa de 45 bilhões de dólares ganhos à custa de trabalhadores altamente explorados e salva bancos, cobrindo seus créditos de difícil recebimento ele pode muito bem estar distribuindo riqueza das classes baixas para as altas em vez de corrigindo os efeitos de investimentos ruins. Administradores inescrupulosos podem obter o controle de empresas recém-privatizadas e de seus ativos com demasiada facilidade, usando-os para enriquecimento pessoal. (...) O desenvolvimento imobiliário, particularmente nas grandes cidades e em seu entorno, assim como nas zonas de desenvolvimento de exportações, parece ser outro caminho para acumular imensas riquezas nas mãos de poucos. (...) A especulação com ativos, muitas vezes mediante o uso de crédito em condições privilegiadas, também teve seu papel, algo particularmente acentuado em imóveis urbanos em cidades como Pequim, Xangai, Shenzhen e Donguang etc. (...) Em todas essas arenas, incluindo a zona oculta da corrupção que não pode ser mensurada, a apropriação de ativos – geralmente por membros importantes do Partido e do governo – os transformou de agentes do poder do Estado em homens de negócios independentes e extremamente prósperos bem capazes de proteger sua riqueza recém-descoberta, se necessário contrabandeando-a para fora do país via Hong Kong. (...) Embora haja várias iniciativas do Partido Comunista destinadas a frustrar a formação de uma classe capitalista, o partido também aceitou a ampla proletarianização da força de trabalho chinesa, a quebra da “tigela de arroz de ferro”, a evisceração das proteções sociais, a imposição de mentalidades e taxas de uso, a criação de um regime de mercado de trabalho flexível e a privatização de ativos que antes eram propriedade comum. Ele criou um sistema social em que empresas capitalistas podem tanto se formar como funcionar livremente. Ao fazê-lo, alcançou um rápido crescimento e atenuou a pobreza de muitos, mas também acolheu grandes concentrações de riqueza nos estratos sociais mais altos. (Harvey, 2008, p.156-159, 162).

O aumento da desigualdade de riqueza e de renda entre as classes sociais na China pós-maoísta é certamente real, mas a sua dimensão é bastante controversa, indo desde aqueles que a minimizam até os mais extremistas que alegam que o país tornou-se uma das sociedades mais desiguais do mundo. O que parece certo é que as desigualdades se ampliaram não só entre as classes, mas também nas áreas rurais e urbanas, assim como entre elas e entre províncias. Samir Amin reconhece haver na China “novos ricos”, mas não “novos pobres”, dado a existência de “uma estrutura maciça polidimensional que garante uma redistribuição gigantesca da renda à escala de 1.200.000 pessoas, que não tem equivalente em nenhuma outra economia do mundo” (2006, p.209).

A esperança de que é possível acabar com a pobreza extrema parece brotar na região da Ásia Oriental, sobretudo na China, já que dos quase meio bilhão de pessoas a superar a miséria entre os anos de 1990 e 2005, pouco menos da metade se deu na China. Em outros espaços o retrato fora mais dramático nesse mesmo período.

Considerando que la mayor parte de esta disminución se há registrado en China, si este país se deja de lado, los progresos no han sido muy alentadores; la cantidad de personas que

viven en la pobreza extrema en realidad aumento en unos 36 millones entre 1990 y 2005. (Asamblea General, A64665, p.05).

Por meio de sucessivos Informes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a Organização das Nações Unidas (ONU) atesta que a região da Ásia Oriental⁹² foi a que apresentou a mais drástica redução da pobreza extrema, saindo de um triste quadro em que cerca de 60% de sua população vivera com menos de míseros \$1,25 em 1990 para 16% em 2005. Estimam que neste período cerca de 475 milhões de pessoas tenham deixado à condição de pobreza extrema nesta região, em grande parte por conta do acelerado crescimento econômico da China. Registram que nas demais regiões o progresso foi mais lento, quando não de retrocesso, como nos casos da comunidade dos Estados Independentes na Ásia, da Ásia Ocidental e dos países em transição no sudeste europeu. Para a região da América Latina e Caribe, apontam que a evolução foi de 11% para 8% da população. Em seu último Informe ODM (2015), a ONU atesta que foi a China que mais percentualmente reduziu a proporção de miseráveis, ao todo uma redução de 94%, passando de 61% em 1990 para 4% em 2015. As regiões da Ásia Sul-oriental, da Ásia Meridional e da América Latina também registraram pronunciados avanços, respectivamente em 73% para a primeira e em 66% para as outras duas. A África Subsaariana é a região que ainda padece com elevado índice de extrema pobreza. Em 1990 registravam 57% de miseráveis, e em 2015 eram ainda expressivos 41%, o que representa redução de apenas 28%.

Os dados do PNUD China registram que o país (des)abrigava umas 85 milhões de miseráveis em 1990. Em 2005 eram 26,1 milhões. Em outros termos, as pessoas que sobreviviam com menos de mísero \$1,00 por dia passou de 31,5% para 10,4% da população chinesa nesse mesmo período. (*MDGs in China*). O avanço ocorreu, sobretudo, entre a população rural, e foi ainda mais acentuado no início do período das reformas (entre os anos de 1978 e 1985). Tomando por base a linha de pobreza oficial da China, o registro é de que os miseráveis “passaram” de 250 para 125 milhões de pessoas no decorrer destes poucos anos. Entre os anos de 1986 e 1993, quando o governo chinês criou agências e fundos especiais no combate à pobreza extrema e lançou uma grande campanha de desenvolvimento, o avanço também foi significativo, de 125 para 75 milhões. Já entre os anos 1994 e 2000, marcado pela promulgação e implantação do sétimo/oitavo Plano Nacional de Redução da Pobreza, o “declínio” foi de 70 milhões para 32,1 milhões. Entre o 2001 e 2007, quando o país se volta para o desenvolvimento das regiões oeste e central, e formula (em 2001) o Programa de

92 A Ásia Oriental compreende a China junto com Macau, Hong Kong e Taiwan, Mongólia, Coréia do Norte e Coréia do Sul.

Desenvolvimento de Redução da Pobreza Rural, a redução prosseguiu de 29,27 para 14,79 milhões. Em breve síntese, observando as três últimas décadas (entre os anos de 1978 e 2007) registra-se que a incidência da pobreza extrema rural passou de cerca de 250 para 14,79 milhões de pessoas, de 30,7% para 1,6% da população vivendo em extrema pobreza. Quanto à pobreza extrema urbana, emerge como um sério problema na era das reformas e da abertura econômica, quando as empresas estatais começam a reduzir sua força de trabalho e se acelerava a migração rural-urbana. Apresenta-se, portanto, de forma tardia em comparação à pobreza extrema rural. Segundo o *Human Development Report China 2007/08*, dados sobre a pobreza extrema urbana são muito mais difíceis de encontrar, não só por esta ter emergido como um problema tardio no processo de reforma como também por não ter sido inicialmente acompanhada. O governo chinês afirma ter também destinado consideráveis recursos para sua redução. Em 1999 foi introduzido um sistema de subsídios de segurança voltado à população urbana, e em outubro de 2007, os extremamente pobres urbanos abrangidos por tal sistema alcançava 22,4 milhões de pessoas.

Há quem interprete essa aceleração da migração rural-urbana de que falávamos como nada menos do que “à maior migração em massa que o mundo já testemunhou” (Harvey 2008, p.138), e, que, segundo estatísticas oficiais da China de então (primeiros anos do século XXI), davam conta de haver “114 milhões de trabalhadores migrantes que deixaram áreas rurais, temporariamente ou para sempre, a fim de trabalhar nas cidades”, enquanto especialistas do governo chinês previam “que esse número vai se elevar a 300 milhões até 2020 e até mesmo a 500 milhões”⁹³ (idem).

Esse enorme fluxo migratório e as difíceis condições de vida do setor rural, assim como as pressões que exercem sobre a vida urbana – dado que a força de trabalho migrante rural é vulnerável à superexploração, o que por sua vez pressiona para baixo os salários dos residentes urbanos –, ajudam a explicar a proliferação das lutas sociais, tanto nas áreas urbanas como rurais, que nos dados levantados por Arrighi “passou de cerca de 10 para 87 mil entre os anos de 1993 e 2005, declinando apenas levemente nos seis primeiros meses de 2006” (2008, p.381). Mas a julgar pelas avaliações de Ellen David Friedman e Ralf Ruckus sobre a situação contemporânea da luta de classes na China, não parece que o leve declínio de 2006 tenha se firmado enquanto tendência da última década. Segundo Ellen, “as greves na China tem sido endêmicas desde meados dos anos 1990, com a primeira onda de privatização de empresas públicas. As lutas crescem e decrescem em função de diversos micro-fatores

93 Consultar J. Yardley. In a Tidel Wave, Chinas's Masses Pour from Farm to City. New York Times, 12 set. 2004, Week in Review 6.

econômicos, mas proliferaram de modo marcante durante os últimos vinte anos entre os trabalhadores migrantes, com reivindicações diversas”. Já Ralf aponta que “o padrão de luta dos trabalhadores migrantes alterou-se, uma vez que, antes de 2003, estas tendiam a ser raras, pequenas, isoladas, baseadas em relações de parentesco e defensivas nas suas reivindicações. A partir desta altura, tornaram-se mais frequentes, maiores, contagiosas, baseadas num interesse de classe e ofensivas nas suas reivindicações”.

Os planejadores chineses vêm defendendo que para atender ao crescimento populacional e a elevação do padrão de vida, a China deve atingir o patamar mínimo de 6% a 7% anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Tanto níveis mais baixos quanto muito mais altos que esses podem causar desestabilidades sociais e pôr em risco a estabilidade política. O elevado nível de crescimento entre as duas últimas décadas do século XX provocou um superaquecimento na economia do país, tencionou a infraestrutura existente, gerou pressões inflacionárias nos preços das matérias-primas, energia e transportes, e produziu condições para o surgimento de surtos de instabilidade política, a exemplo do trágico massacre de Tiananmen em 1989.

Sabemos que o crescimento da China pós-maoísta se acelerou significativamente quando contrastado com o período maoísta: a taxa anual média do PIB que fora de 4,4% entre os anos de 1952 a 1978, subiu para 9,7% entre 1980 e 2000. Tal crescimento foi extraordinário não só quando comparado com o passado da própria China, mas também com o ritmo de crescimento de praticamente qualquer outra nação do globo, o que não obstante as adversidades certamente lhe permitiu melhorar consideravelmente o padrão de vida de muitos além de tornar mais sólidos os seus fundamentos econômicos.

A que se deve tamanha excepcionalidade? Para Arrighi, “o sucesso econômico da China se baseou nas conquistas sociais da época de Mao” (2008, p.375) – conquistas essas já apresentadas, basicamente na maior expectativa de vida, alfabetização e melhores condições de vida, e conseqüentemente maior força produtiva e melhor instruída. E, assim como outros, também argumenta que “a maior oportunidade de aumento de sua riqueza e poder veio com a reintegração da China continental ao mercado regional e global, na década de 1980” (idem, p.355).

O início do processo de abertura da China ao exterior se deu ainda nos anos 1970, mais precisamente em 1971, ano em que os Estados Unidos retiram o embargo à China. Nesse mesmo ano ela ingressa nas Nações Unidas e daí em diante amplia progressivamente suas relações diplomáticas. Mas durante os anos 1970, a participação da China no intercâmbio internacional de bens materiais e culturais ainda era bastante modesta, dado que suas próprias

políticas também não contribuía muito para alterar decisivamente o seu isolamento. É apenas a partir de 1979 que o país passa a praticar uma política de abertura econômica e comercial, dando um passo decisivo para a recepção de investimentos estrangeiros e assimilação de novas e avançadas tecnologias do exterior, via a instalação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e política de Portos Abertos.

Foram 5 ZEE (Shenzhen, Zhuhai, Shantou, Xiamen e Hainan) implantadas durante o começo dos anos 1980. Combinando indústria, comércio, ciências e tecnologias, buscavam processar produtos e exportá-los. Verdadeiros laboratórios na absorção de investimentos e tecnologias, na criação de novas estruturas industriais e na disputa do comércio internacional. Ademais, nada menos do que 14 cidades e portos litorâneos (Dalian, Qinhuangdao, Tianjin, Yantai, Qingdao, Lianyungang, Nantong, Xangai, Ningbo, Wenzhou, Fuzhou, Guangzhou, Zhanjiang e Beihai) também foram abertos ao exterior somente no ano de 1984. Um ano depois, a China abriu os deltas dos rios Changjiang e Zhujiang, a região triangular ao sul de Fujian, as penínsulas de Shandong e Liaodong, a província de Hebei e a região autônoma da etnia Zhuang de Guangxi. Assim, em poucos anos quase todo o litoral chinês estava aberto ao exterior. E esse processo de abertura ainda fora intensificado durante os anos 1990, tanto pela abertura ao comércio e investimentos internacionais de um grupo de cidades da bacia do Rio Changjian, como pela abertura para instalação de 15 zonas livres de direitos aduaneiros, 32 zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico e 53 zonas de desenvolvimento industrial de altas e novas tecnologias para outro grupo de cidades de fronteira e todas as capitais provinciais do interior. Como resultado, “esse conjunto de zonas, portos e cidades abertas ao exterior passou a executar políticas preferenciais para desenvolver a economia orientada para as exportações e assimilar as tecnologias avançadas do exterior” (Pomar, 2003, p.148-149).

A China aumentou em muito a sua participação no comércio internacional. Antes da abertura a participação de suas exportações não alcançava nem 1%. Em 1990 subiu para 1,9%. Em 2000 para 3,9%, 7,4% em 2005 e 8,9% em 2010. Hoje já supera os 10%! Pierre Salama reconhece que a competitividade crescente do país é mesmo impressionante, não só de seus produtos tradicionais, como pela incrível adaptabilidade de suas empresas, que são capazes de produzir rapidamente bens diferenciados e mais sofisticados em resposta às mudanças da demanda dos países desenvolvidos, e, por isso, “não está, no plano mundial, imobilizada na especialização do trabalho intensivo, com baixa elasticidade em relação à renda” (2011, p.87).

Após a abertura, a República Popular da China se transformou em pouco mais de uma década num agressivo polo de atração de investimentos estrangeiros. A evolução dos números

do Investimento Estrangeiro Direto (IED) é surpreendente: de \$20 bilhões de dólares acumulados durante toda a década de 1980 para \$200 bilhões em 2000. Em 2002 ela ultrapassa os Estados Unidos como a principal receptora de investimentos externos. Nos últimos anos vem atraindo IED de monta superior aos \$100 bilhões anuais. Arrighi argumenta que a característica mais atraente da China para o capital estrangeiro não foi somente a sua enorme reserva de mão-de-obra barata, mas também o fato desta ser saudável, educada, capacitada e de fácil mobilização. E mais, tais investimentos foram crescentes somente porque os chineses investiam ainda mais.

(...) o capital estrangeiro aproveitou o bonde da expansão econômica, que não foi ele que iniciou nem liderou. O investimento estrangeiro direto teve papel importante no estímulo à exportação chinesa. Entretanto, o *boom* das exportações foi um episódio tardio da ascensão chinesa. (...) o capital estrangeiro precisava mais da China do que a China precisava de capital estrangeiro. (Arrighi, 2008, p.359).

Ademais, é preciso sublinhar que a abertura da economia chinesa não significou o reconhecimento das virtuosidades das leis do mercado. Ao contrário, como bem explica Salama, tal abertura resultou de uma política industrial deliberada do Estado chinês, que promoveu subvenções à exportação, praticou políticas de taxas de juros seletivas, protecionismo temporário e seletivo. Pomar também defende que a abertura da China ao exterior foi seletiva e discriminada. Isso porque durante mais de uma década os investimentos estrangeiros limitaram-se às ZEE, e ainda tinham como condição se associar a alguma empresa nacional, estatal ou coletiva, além de aportar novas tecnologias e exportar toda a sua produção. Daí a conclusão de que o mercado doméstico estava, por um lado, aberto à introdução das novas tecnologias, possivelmente úteis à modernização de suas próprias empresas nacionais, mas, por outro, fechado aos produtos das empresas mistas sino-estrangeiras. Corolário: a China praticou não só abertura, mas também protecionismo.

Só à medida que suas próprias empresas ganharam experiência e competitividade para disputar com as empresas estrangeiras, inclusive nos mercados externos, ela foi abrindo seu mercado interno, processo que continua. Entre 1980 e 2000, houve uma paulatina abertura das portas da China para produtos externos, ao mesmo tempo que empresas chinesas se jogavam no comércio internacional e conquistavam fatias desse mercado. Essa política permitiu à China tornar-se um dos grandes receptores mundiais de capitais externos, um dos grandes exportadores mundiais de mercadorias e, recentemente, um crescente exportador de capitais. (Pomar, 2003, p.117).

Nos últimos anos a China vem investindo pesado no exterior, comprando ou criando empresas no estrangeiro nas mais diversas latitudes. Ela possui uma das maiores (senão a maior) reservas monetária internacional. É um dos principais investidores financeiros no

mundo, sobretudo nos Estados Unidos, e junto com ele atua como locomotiva da economia mundial. Orlando Caputo vem chamando a atenção para o fato de que a atuação da China na economia mundial vem provocando “uma mudança histórica nos termos de intercâmbio”, na medida em que o país está acirrando a concorrência no mercado mundial e nos mercados nacionais, provocando quebras de empresas e deslocando produções rumo à própria China. O país aprofunda a superprodução de produtos industriais com diminuição dos preços dessas mercadorias, e transforma a superprodução de matérias-primas e energia em subprodução com significativos aumentos de preços dessas outras mercadorias. Além disso,

a China combina o desenvolvimento para dentro com o já forte desenvolvimento para fora. (...) Na China, a força combinada e potenciada de mercado, a regulação e a planificação podem levar a que o capitalismo dependa cada vez mais da China do que o contrário. Um dos fatos mais significativos é que a China é um centro nevrálgico dos lucros na economia mundial atual. (Caputo, 2008, p.146-147).

Daí que qualquer indicação de redução do PIB chinês, por mais diminuta que seja, gera verdadeiro pânico em diversos mercados. Desde 1993 que os planejadores chineses têm se empenhado em obter um patamar de crescimento econômico um pouco mais baixo, entre 7% e 8% anuais, tido como o mais adequado para atender gradualmente as demandas da sociedade (em termos de crescimento populacional e elevação do padrão de vida) e a manutenção do equilíbrio entre reformas econômicas e reformas políticas. (POMAR, 2003). Mas foi somente no decorrer dos últimos anos, especialmente desde 2008, que a China vem se aproximando desse novo patamar, com um crescimento do PIB abaixo dos 9% anuais, e, portanto, mais próximo do que julgam compatível para manutenção da estabilidade social e política. E se contarmos os quatro últimos anos, 2013-2016, o PIB chinês mais se aproxima desse nível inferior, isto é, 7% de crescimento médio anual.

Segundo o atual premiê Li Keqiang, a China trabalha para alcançar um crescimento médio superior a 6,5% nos próximos cinco anos (de 2016 a 2020), em muito baseado em inovação tecnológica – a previsão otimista é a de que em 2020 cerca de 60% do PIB chinês seja fruto de avanços no campo da tecnologia e da ciência. Jia Kiang, um membro da Comissão Política Consultiva, recentemente afirmou que “a meta dos 6,5% [de crescimento] é o mínimo que de modo algum poderá ser atropelado (...) se o crescimento se tornar lento demais ao se aproximar daquela meta mínima, haverá políticas pró-crescimento” (*apud* ESCOBAR, 2016, p.01). Já o presidente Xi Jinping, durante as últimas “duas sessões” (a Conferência Política Popular Consultiva e o Congresso Nacional do Povo), foi mais ousado ao prometer duplicar o PIB e a renda dos chineses até 2020, considerando os números de 2010.

Subestimada pela mídia Ocidental, essas “duas sessões” aprovaram o 13º Plano Quinquenal da China, que prevê um grande plano intitulado “Um Cinturão, Uma Estrada”. Segundo Pepe Escobar

O plano “Um Cinturão, Uma Estrada” é o único plano de integração econômica global hoje em operação (não há planos B), e implica quase \$1 trilhão em investimentos futuros já anunciados. Em junho passado, o Banco de Desenvolvimento da China anunciou que investirá alucinantes \$890 bilhões em 900 projetos do plano “Um Cinturão, Uma Estrada” distribuídos em 60 países. Aí se inclui uma ferrovia crucialmente importante, de 2.000 km de extensão, para trens de alta velocidade, que ligará Xinjiang a Teerã, item essencial da crescente parceira estratégica para energia/negócios/comércio entre China e Irã. (Escobar, 2016).

Ainda segundo Escobar, caberá às empresas estatais o papel crucial nesse ousado plano. O que era de se esperar, ao menos para os que aceitam o argumento de Arrighi de que “em termos mais gerais, a desregulamentação e a privatização [na China] foram [e continuam sendo] bem mais seletivas e avançaram em ritmo bem mais lento do que nos países que seguiram a receita neoliberal” (2008, p.361-362).

É preciso registrar que no caso da China não há consenso em saber se mesma adotou ou não o receituário neoliberal. Para Samir Amin, o socialismo na China não ganhou nem perdeu. O que existe é um projeto coerente que não é um “projeto socialista”, mas um “projeto capitalista nacional e social”, o qual a esquerda socialista chinesa propõe modulá-lo para inscrevê-lo numa longa tradição socialista.

(...) quando se diz – como o Banco Mundial e a mídia dominante – que o “sucesso” da China depois de 1980 se deve ao fato de que ela renunciou ao socialismo, o que lhe permitiu sair da “estagnação maoísta” etc., não só se simplifica vergonhosamente as coisas, mas ainda se proíbe de compreender as verdadeiras razões desse “sucesso”. Com efeito, sem a infraestrutura econômica, política e ideológica construída pelos trinta anos de maoísmo (1950-1980), compreenderíamos mal a natureza da aceleração dos quinze últimos anos. (Amin, 2006, p.208).

De fato, os promotores institucionais do Consenso de Washington, o BM e o FMI, também os Tesouros dos EUA e do Reino Unido, assim como a mídia formadora de opinião, a exemplo do *Financial Times* e *The Economist*, atribuíram o crescimento econômico da China (desde 1980) e a conseqüente redução da pobreza e da desigualdade de renda no mundo ao fato dos chineses terem adotado às políticas por eles recomendadas. Mas Arrighi também desmente a assertiva com base “na longa série de desastres econômicos que a adoção real da receita provocou na África subsaariana, na América Latina e na antiga União Soviética” (2008, p.360). Ele descarta que a ascensão chinesa se deu por sua adesão ao credo neoliberal. Na avaliação deste sociólogo, as reformas não seguiram a receita neoliberal, e a tese de que a China adotou tal receita não passa de um mito proclamado tanto por intelectuais de esquerda

como por promotores institucionais do Consenso de Washington. Argumenta que “a fé utópica que o credo neoliberal dedica aos benefícios das terapias de choque, aos governos minimalistas e aos mercados auto-regulados era (...) estranha aos reformadores chineses” (2008, p.363), e que o retorno da China à economia de mercado seguiu num relativo gradualismo, onde o papel do governo na promoção do desenvolvimento fora inclusive ampliado, a exemplo dos enormes investimentos no desenvolvimento de novos setores, da criação de novas Zonas de Processamento para Exportações, da expansão e modernização da educação superior, assim como dos grandes projetos de infraestrutura sem precedentes em nenhum país de renda *per capita* comparável.

Já para Harvey, os resultados das reformas implantadas na China qualificam-na, “sem dúvida”, como uma “economia neoliberal com características chinesas”. Não que a mesma tenha adotada a “terapia de choque” recomendada pelo Consenso de Washington, mas que as reformas de Deng acabaram por conduzi-la a “um tipo específico de economia de mercado que incorporou crescentemente elementos neoliberais com o controle centralizado autoritário”. (2008, p.131 e 156).

O que se pode dizer com precisão é que a China, ao não seguir a estratégia de “terapia de choque” da privatização instantânea mais tarde impingida à Rússia e à Europa Central pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo “Consenso de Washington” nos anos 1990, conseguiu evitar os desastres econômicos que assolaram esses países. Ao seguir seu próprio caminho peculiar rumo ao “socialismo com características chinesas” (...), o país conseguiu construir uma forma de economia de mercado manipulada pelo Estado que produziu um espetacular crescimento econômico (que se aproxima de uma média de 10% ao ano) e padrões de vida em ascensão para uma ponderável parcela de sua população durante mais de vinte anos. Não obstante, as reformas também levaram à degradação ambiental, à desigualdade social e no final a algo que parece desconfortavelmente semelhante à restauração do poder de classe capitalista. (Harvey, 2008, p.133).

Pomar, por sua vez, critica os que não entendem ou não querem entender “a impossibilidade de realizar um desenvolvimento econômico e social, do porte empreendido pela China, isento de erros, desigualdades, injustiças e conflitos”, bem como os incrédulos de “que a China consiga dar um verdadeiro salto na proteção e no tratamento do meio ambiente” (2009, p.11). E não descarta “a possibilidade do Estado chinês manter sua natureza socialista” (idem, p.318), ciente de que esta não será tarefa nada fácil, dado o ambiente de múltiplas formas de propriedades, inclusive capitalistas, de enriquecimento desigual, e de constante pressão para a adoção de privatizações e maiores aberturas ao mercado capitalista. Irá depender, sobretudo, do Estado chinês seguir utilizando suas empresas estatais como instrumentos de política econômica, manter-se priorizando as necessidades e aspirações das grandes camadas populares de sua população, bem como permitir que amplos setores dessas

camadas sejam cada vez mais incorporados à educação e à participação política democrática. E é claro que também dependerá do PC manter-se fiel aos seus princípios e ao seu estilo de trabalho, ao reconhecimento do papel que a utilização do marxismo e do pensamento elaborado por Mao e outros intelectuais comunistas desempenhou no curso de todo o processo da revolução chinesa, assim como que o partido continue conservando a legitimidade de dirigir o povo chinês. Ele argumenta que os chineses bem sabem que seu país “ainda se encontra no estágio primário de construção de uma sociedade socialista”, (ibidem, p.11-12), ainda que não bem explicitem todos os perigos que rondam a experiência de construção do socialismo em seu país, além da corrupção e de outros fenômenos ligados em especial a “economia de mercado capitalista”. Em suma, para Pomar “a caminhada não se completou, e os perigos de uma regressão capitalista continuam presentes”, e somente “a prática poderá ser o critério a indicar se a “economia de mercado socialista” com características chinesas vai evoluir no caminho de uma sociedade que supere o capitalismo, como propugnam os comunistas chineses, ou se vai transformar-se numa “economia de mercado capitalista”, mesmo com características chinesas” (p.319).

Considerações finais

A República Popular da China certamente ainda não se desforrou do Ocidente, e se o fará ou não é uma questão que está em aberto. Mas já é mais do que a capital do Terceiro Mundo, e há muito que deixou de estar isolada na arena internacional e de ser considerada uma das nações mais pobres do mundo. Se o que se disse sobre a China Popular na época de Mao está correto, podemos sintetizar esse período como um tempo em que o povo chinês cresceu, viveu mais, se alimentou e se vestiu um pouco melhor, não obstante todos os desafios internos e externos que enfrentou e erros cometidos. Que tal resultado fora fruto de seu próprio trabalho, do camponês, dos migrantes rurais, do operariado, da nova *intelligentsia* e de sua organização burocrática. Traduz-se na rápida e progressiva reforma do campo, desde o estabelecimento das fazendas coletivas até a implantação das comunas rurais e das brigadas de produção, na industrialização, na produção e disseminação de novas tecnologias, na construção coletiva da educação e da infraestrutura rural etc. As inegáveis conquistas desse período formaram a base econômica e social sobre a qual a China pós-Maoísta pode contar. Mas como reconheceu a nova direção do PC e do governo chinês logo após a morte de Mao, ainda era uma base precária, uma fraca base produtiva e que tinha o desafio de assegurar trabalho quando menos se requeria dele, e bem-estar a uma enorme população que, mesmo

vivendo mais, sendo mais educada e se alimentando e se vestindo melhor, ainda padecia de múltiplas carências e era fundamentalmente pobre para os padrões mundiais dessa época.

O desenvolvimento chinês no período pós-Maoísta passou a se dar por meio de reajustes em sua economia e no desatar de um ambicioso programa de reformas e modernizações na agricultura, indústria, defesa nacional e ciência e tecnologia. E ainda que o foco principal das reformas estivesse voltado para a economia, para a construção de uma forte base material, de uma “economia de mercado socialista” com características chinesas, é errôneo pensar que os comunistas chineses não realizaram reformas sociais e políticas. Todas as reformas caminharam gradualmente e tendo em vista o longo prazo, objetivavam um desenvolvimento relativamente rápido, mas com estabilidade econômica, social e política, que contou com uma combinação de planejamento macroeconômico e macrossocial com o mercado, com diversos tipos de propriedades, utilizando trabalho intensivo e capital intensivo, de baixas e altas tecnologias, combinando protecionismo e livre comércio, regulação e desregulação. Sua *performance* de décadas de crescimento econômico foi mesmo espetacular e única, e caminha a passos largos para se tornar a maior das economias, superando os Estados Unidos. É certo que melhoraram as condições de vida de sua população, com destaque para a atenuação da miséria e pobreza de muitos. Seu mais recente 13º Plano Quinquenal é ambicioso ao prever duplicação do PIB e da renda dos chineses em apenas uma década, até 2020.

Mas o desenvolvimento econômico e social chinês não esteve e não está isento de erros. O socialismo chinês não é perfeito e igualitário. Houve e há inúmeros problemas sociais e ambientais, exploração predatória do trabalho e do meio ambiente, aumento da desigualdade de riqueza e de renda entre áreas urbanas e rurais e seus estratos sociais, acumulação de riqueza inapropriada no topo, afora o debate sobre as provas da restauração do poder da classe capitalista no país e do papel que seu Estado vem desempenhando nas últimas décadas. Houve e há conflitos sociais, lutas camponesas, greves operárias e múltiplas manifestações de descontentamento. Foram e são grandes os desafios de continuidade de construção de uma sociedade socialista na China (ainda em estágio primário). E para melhor compreendermos o futuro do desenvolvimento chinês é imprescindível olhar atento para manutenção ou ruptura com os princípios cardeais de sua história mais recente, para as relações entre o partido-exército e o proletariado crescente, que já supera o campesinato.

Referências bibliográficas

AMIN, Samir. O projeto da China pós-maoísta. *In*: AMIN, Samir. Os desafios da mundialização. Aparecida, SP : Ideias & Letras, 2006.

ARRIGHI, Giovanni. Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI. São Paulo : Boitempo, 2008.

BRAUDEL, Fernand. A China de ontem e de hoje. *In*: BRAUDEL, Fernand. Gramática das Civilizações. São Paulo : Martin Fontes, 2004.

CAPUTO L., Orlando. Na perspectiva histórica, o capitalismo dependerá mais da China do que a China do capitalismo. *In*: SADER, Emir & DOS SANTOS, Theotonio. A América Latina e os desafios da globalização. Rio de Janeiro : PUC Rio; São Paulo : Boitempo, 2009.

ESCOBAR, Pepe. [A China tem um plano para 2020](http://outraspalavras.net/destaques/a-china-tem-um-plano-para-2020/). <http://outraspalavras.net/destaques/a-china-tem-um-plano-para-2020/>

FRIEDMAN, Ellen David. A situação da luta de classes na China. Entrevista concedida em 05 de maio de 2015. <http://esquerdasocialista.com.br/a-situacao-da-luta-de-classes-na-china/>

HARVEY, David. Neoliberalismo “com características chinesas”. *In*: HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo : Loyola, 2008.

HOBBSBAWN, Eric. Fim do socialismo. *In*: HOBBSBAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo : Companhia das Letras, 2001.

MAO, Tsé-tung. O livro vermelho: citações do comandante Mao Tse-tung. São Paulo : Martin Claret, 2004.

MDGs in China. United Nations Development Programme : at work in China. Annual Report 2007/2008. www.undp.org.cn/modules.php?op

NACIONES UNIDAS. Informes de los Objetivos de Desarrollo del Milenio. Nueva York, 2008, 2009, 2010 y 2015. www.un.org

_____. *Resolución A64665 de la Asamblea General, 12/02/2010.* <http://www.cucid.ulpgc.es/documentos/1-documentos/3/Seguimiento%20ODM%202010.pdf>

MEDEIROS, Carlos A. China: entre os séculos XX e XXI. *In*: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis : Vozes, 1999.

POMAR, Wladimir. A revolução chinesa. São Paulo : Unesp, 2013.

_____. China: desfazendo mitos. São Paulo : Página 13 e Publisher Brasil, 2009.

RUCKUS, Ralf. A luta de classes na China. Entrevista concedida em 27 de novembro de 2014. <http://www.passapalavra.info/2014/11/101150>

SALAMA, Pierre. Passividade *versus* voluntarismo: a abertura revisitada. *In*: SALAMA, Pierre. O desafio das desigualdades. América Latina/Ásia: uma comparação econômica. São Paulo : Perspectiva, 2011.

UNDP China. Human Development Report China 2007/08: Access for all : Basic public services for all 1.3 billion people. http://hdr.undp.org/en/reports/nationalreports/asiathepacific/china/China_2008_en.pdf